

CONCEPÇÃO E PAPEL DA ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA

Organização Socialista Libertária (OSL)

PAPEL DA ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA

Nessas concepções estratégicas e programáticas, a organização política anarquista possui papel central. Ela é uma associação ou agrupamento de trabalhadoras e trabalhadores adeptos do anarquismo, que tem certos objetivos e estabelece e promove coletivamente os meios para atingir esses fins. No nosso caso, o objetivo finalista ou fim que defendemos é o socialismo libertário; e os meios que estabelecemos e promovemos estão especificados em nossa concepção de poder popular autogestionário. Um pouco mais à frente, trataremos de maneira mais aprofundada da nossa concepção de organização anarquista.

Por ora, discutiremos apenas o papel ou função dessa organização no processo em questão (construção do poder popular autogestionário, transformação social revolucionária e implantação do socialismo libertário), mais diretamente relacionado aos elementos estratégicos e programáticos que estão sendo tratados.

Na história, a organização anarquista e seu papel foram representados por diferentes metáforas. Ela foi colocada como agente catalisador, pois acelera processos sem ser consumida ou se alterar permanentemente. Foi apresentada como pequeno motor, na medida em que potencializa energias, permite a veículos ou embarcações aumentar sua velocidade num determinado trajeto. Foi colocada como fermento, porque incide sobre a massa fazendo-a crescer consideravelmente.

Em certa medida, essas metáforas contribuem para explicar o papel da organização anarquista. Ela incide sobre as massas trabalhadoras (classes oprimidas), as mobilizando, organizando e engajando em movimentos populares, potencializando e acelerando a conversão de sua capacidade de realização em força social. Mas ela incide também sobre os movimentos populares (sindicatos e movimentos sociais), disputando com outras forças e com o próprio conjunto dos movimentos seu direcionamento estratégico e programático.

Com isso, a organização política também contribui para potencializar e acelerar o processo de emancipação das próprias classes oprimidas (construção do poder popular autogestionário e do socialismo libertário). Na medida em que não se dissolve nessas atividades, a organização anarquista converte-se em ferramenta indispensável, tanto para preparar e fortalecer a revolução social, quanto para garantir a implantação do socialismo libertário.

A necessidade da organização anarquista se justifica por alguns motivos. Antes de tudo, para potencializar a força da ação dos anarquistas. Quando estamos sós, somos muito frágeis, e a força social que somos capazes de mobilizar é quase ínfima. E, mesmo fazendo parte de movimentos populares, temos poucas condições de disputar efetivamente os rumos desses movimentos, em especial quando temos que enfrentar outras forças coletivas. Ou seja, em função do princípio da força coletiva (em que a organização multiplica as forças individuais e sempre supera, em muito, a soma simples dessas forças), a organização anarquista multiplica a força social dos/as anarquistas para sua intervenção na realidade; ela aumenta consideravelmente as chances de suas propostas preponderarem nos conflitos sociais, na luta de classes.

Mas não é só isso. Os sindicatos e movimentos populares, pelo seu próprio caráter (organizações de massas amplas, formadas em torno de questões sociais concretas e voltadas principalmente às conquistas imediatas), têm dificuldades e certos limites para construir o poder popular autogestionário, nesse sentido que defendemos (discordamos, portanto, de outras correntes políticas que julgam que as organizações de massas são suficientes para uma transformação emancipadora, como no caso dos anarcossindicalistas, conselhistas, comunitaristas etc.).

Os movimentos populares não caminham espontaneamente para a construção desse poder popular que propomos e, menos ainda, para o socialismo libertário. Vemos como imprescindível uma força anarquista capaz de influenciar os rumos desses movimentos e a relação entre eles para que isso seja possível. Essa força anarquista terá que enfrentar algumas tendências desses movimentos (aparecimento e desaparecimento, fluxos e refluxos das lutas, disputas entre diferentes forças políticas, posições internas muito heterogêneas, corporativismo, reformismo etc.) Assim como fazer a disputa, organizadamente, com adversários/as e inimigos/as dos próprios movimentos, que têm outros projetos de poder.

Entretanto, não se trata aqui de defender uma visão vanguardista, de que sindicatos e movimentos sociais não têm capacidade de transformação social. E de que caberia apenas ao partido de vanguarda dotar esses movimentos de consciência e capacidade transformadora, e de encabeçar, ele mesmo (partido), o processo revolucionário, entendido como conquista do Estado (negamos, portanto, as expressões do marxismo-leninismo que sustentam tais posições). Em nossa concepção, sindicatos e movimentos sociais (as massas trabalhadoras e oprimidas, de maneira geral) possuem essa capacidade transformadora, mas, por uma série de motivos (maneira como estão estruturados, forças políticas hegemônicas etc.), não vêm conseguindo convertê-la numa possibilidade real.

A organização anarquista contribui para reverter esse quadro, potencializando e acelerando essa conscientização e o direcionamento estratégico programático discutido, com destaque para a unificação das classes oprimidas. Num contexto de fluxos e refluxos dos movimentos e das lutas, ela acumula a experiência e garante a continuidade, tendo em vista sua maior estabilidade e permanência no tempo. Isso permite que a força social anarquista seja mensurada, que a conjuntura seja avaliada e que a organização decida, da maneira mais adequada possível, como atuar, o que pode significar avançar ou recuar, escolher uma forma ou outra de agir.

A organização anarquista estimula uma revolução social que é protagonizada pelas massas (e não pelo partido), que destrói concomitantemente o capitalismo, o Estado e suas instituições legitimadoras, e que conforma um poder das massas na sociedade (revolução de classe que abole o Estado, e não revolução de partido que conquista o Estado).

Essa diferença com as posições vanguardistas também se evidencia na maneira que concebemos a relação entre anarquistas (organização política) e movimentos populares (organizações de massas). Consideramos que a relação entre esses dois níveis (político e social) é complementar e interdependente: organização anarquista e movimentos populares complementam uns aos outros e dependem uns dos outros. Não acreditamos ser possível o avanço de nosso projeto político com a organização anarquista isolada das massas, nem com as organizações das massas sem a presença da organização anarquista.

Defendemos, também, que essa relação tem de ser uma relação autogestionária (antiautoritária, não hierárquica). Ou seja, negamos que a organização política deva subordinar ou aparelhar sindicatos e movimentos sociais, usá-los como massa de

manobra ou como meio para a promoção do partido. Negamos que deve haver hierarquia entre o partido (onde estão os conscientes, revolucionários, que sabem o “que fazer”) e as massas (onde estão os/as inconscientes, restritos/as aos interesses imediatos, que não sabem o que fazer). Negamos que se deva ou que se possa submeter as bases dos movimentos econômica, política, ou intelectualmente (dependência financeira, obediência acrítica, ameaça ou coerção física, impeditivos para a instrução, a formação etc.).

A organização anarquista mobiliza-se contra as relações de dominação nos sindicatos e movimentos sociais. Promove permanentemente a autogestão, colocando-se como aliada dos movimentos para exercer o mencionado papel de catalisador, motor ou fermento, sempre em função dos interesses das classes oprimidas. Tais interesses estão bem representados em nosso projeto político, que é, antes de tudo, um projeto de classe e não apenas partidário.

Ainda assim, deve estar claro que, se recusamos o vanguardismo, também descartamos as posições que equiparam organização e estrutura com hierarquia e dominação – algo que, curiosamente, aproxima vanguardistas de antiorganizacionistas e autonomistas. Descartamos ainda o basismo ou papel de “retaguarda” (seguir quaisquer posições das bases desses movimentos, mesmo que elas contradigam nosso projeto). O que buscamos é projetar uma linha política anarquista de intervenção nas lutas das massas trabalhadoras, de modo a nos tornar referencial nesse processo.

Pretendemos uma relação igualitária entre organização anarquista e movimentos populares, em que haja aprendizado mútuo, e que, por meio de uma influência antiautoritária/autogestionária, possamos promover nosso programa, estimulando as formas autogestionárias e federalistas de organização e de luta (enfrentando diferentes dominações e opressões que possam se reproduzir) e iniciando a construção do futuro no presente.

CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA

Reivindicamos o dualismo organizacional (organização concomitante, como anarquistas, na organização política, e como trabalhadores/as, nos movimentos populares). E, em relação à organização anarquista, defendemos suas formas homogêneas e programáticas, como nos casos históricos do platapformismo e do especificismo (negamos, portanto, o sintetismo, que se contrapõe a essas posições). Somos, portanto, uma organização adepta do dualismo organizacional; uma organização platapformista e especificista.

Já tratamos do papel ou função dessa organização e de sua relação com as organizações de massas (movimentos populares). Agora, apresentaremos essa nossa forma de conceber a organização anarquista e seus fundamentos organizativos.

Defendemos uma concepção de organização política/específica anarquista como organização de quadros, de minoria ativa (nos diferenciamos, portanto, das organizações e dos partidos de massas); nos definimos como um partido (que não disputa eleições e nem pretende conquistar o poder de Estado) que articula militantes em torno de uma linha política (princípios) e de uma linha estratégica-tática (programa).

Nossa organização expressa, articula, organiza e coordena posições ideológicas ou doutrinárias (as anarquistas) de um setor das classes oprimidas, as quais têm presença entre trabalhadores e trabalhadoras há praticamente 150 anos. Ainda que não tenhamos a pretensão de ser a única e nem a “verdadeira” organização representante dos interesses e do projeto de emancipação das massas trabalhadoras, ressaltamos – como não poderia ser diferente – que consideramos nossas propostas as mais adequadas para uma prática política que promova os interesses e a emancipação das classes oprimidas.

Em termos de princípios organizativos, adotamos: a autogestão e o federalismo; a unidade teórica e ideológica; a unidade estratégica e tática; a responsabilidade coletiva.

Concebemos a organização anarquista como autogestionária (democrática, de participação ampla, sem hierarquias ou relações de dominação), com decisões que são tomadas por seus organismos de base (núcleos) e articuladas local, regional e nacionalmente por mecanismos federalistas (delegações com controle da base, rotativas e revogáveis), e instâncias deliberativas e executivas.

Para esse funcionamento autogestionário usufruímos da lógica dos círculos concêntricos, que possibilita, ao mesmo tempo, a coerência entre direitos e deveres, a manutenção dos acúmulos, a renovação e o crescimento dos quadros. Isso porque a organização anarquista precisa ser fechada o suficiente para ter militantes preparados, compromissados e alinhados politicamente, mas aberta o suficiente para aproximar e integrar novos membros. O método decisório que adotamos é a construção de consenso e, não sendo possível, a votação, vencendo a maioria ou os percentuais definidos organicamente para cada questão.

Defendemos a unidade teórica e ideológica, ou seja, uma posição unitária em torno de uma linha política clara, que deve ser defendida por toda a militância, a qual é estabelecida coletivamente e por meio do mencionado método decisório. Essa linha política é composta de uma linha teórica (compreensão da realidade, a partir de nosso método e de nossa teoria social) e de uma linha ideológica (compreensão da ideologia anarquista e de sua aplicação). As posições distintas ou mesmo divergentes podem ser livremente manifestadas na organização, mas a partir do momento essa linha política é estabelecida, toda a militância a defende publicamente. Obviamente que essa linha pode ser modificada de acordo com a posição da militância e com os critérios orgânicos.

Reivindicamos, também, a unidade estratégica e tática, ou seja, uma unidade programática, de ação, que estabelece um conjunto comum de objetivos e caminhos para a atuação coletiva. Ela também é defendida coletivamente por toda a militância e construída coletivamente. Essa unidade programática se expressa em uma linha estratégica e tática, e é formalizada em um programa. Do mesmo modo, pode haver posições distintas, e a linha (fins e meios) pode ser modificada, mas enquanto uma decisão coletiva estiver tomada, toda a militância a defende e a coloca em prática. O mais importante é que se reme sempre o barco na mesma direção.

Defendemos, ainda, a responsabilidade coletiva, ou seja, o compromisso e a autodisciplina individual, com cada militante se responsabilizando por suas tarefas, participando das instâncias organizativas, sempre em acordo com os critérios de conduta, com a linha política e a linha estratégica-tática da organização. Mas a responsabilidade da militância não é individual, mas coletiva. Cada militante é responsável pela organização anarquista e ela, da mesma maneira, é responsável pela atuação de cada militante.

São várias as tarefas cotidianas e permanentes da organização anarquista. Ela produz, atualiza e modifica análises da realidade passada e presente, fazendo estudos históricos e teóricos da estrutura e da conjuntura da sociedade. Estabelece seus objetivos finalistas e sua estratégia geral; formula, atualiza e modifica sua estratégia de tempo restrito e suas táticas; formaliza esses elementos em um programa para o período.

A organização também articula e promove o trabalho social da militância (criação e participação de/em movimentos populares) e busca constantemente a inserção social (influência real nesses movimentos, no sentido de construir o projeto de poder popular autogestionário). Ela faz propaganda de suas concepções ideológicas

(anarquismo), estratégicas e táticas, ajustando sempre a forma e o conteúdo da comunicação em função de seus objetivos.

A organização anarquista ainda promove a formação política de seus quadros, preparando ingressos e contribuindo com a maturidade formativa organizacional e a unidade. Mantém relações políticas e sociais: com outros agrupamentos anarquistas; com pessoas, grupos e organizações de outras correntes políticas; com movimentos de massas e outras entidades da sociedade. Faz a gestão de seus recursos humanos e financeiros.

*** Este texto foi composto com trechos do documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral”.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL